



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 30

SÁBADO, 30 DE ABRIL DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 42, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 26, de 1976, — CN (n.º 14, de 1977, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.515, de 30 de dezembro de 1976, que "altera a redação da alínea "b" do art. 74 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências".

Relator: Senador Italívio Coelho.

Nos termos do artigo 55 da Constituição, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.515, de 30 de dezembro de 1976, que "altera a redação da alínea "b" do art. 74 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências".

Pretende-se, desta forma, modificar o critério de incidência da cota de previdência, fazendo-a recair sobre o movimento geral de apostas na proporção de 3% deste montante, e não mais sobre a renda líquida auferida pelas entidades turísticas, de acordo com a tabela estabelecida pelo Decreto-lei n.º 717, de 30 de julho de 1969.

O § 1.º, do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.129, de 13 de outubro de 1970, considera renda líquida auferida pela entidade turística "a importância por ela retirada do movimento geral de apostas, feitas as seguintes deduções: a) O valor dos prêmios pagos aos proprietários, criadores e profissionais; b) As despesas de manutenção dos serviços e obras de estrito interesse hípico da entidade; c) Os tributos a serem recolhidos; e considera movimento geral de apostas a importância correspondente ao valor total de bilhetes de apostas apregoados ao público para efeito de cálculo de rateio, acrescido das importâncias das demais modalidades de apostas recebidas diretamente do público apostador nos prados de corridas, subse-des e outras dependências".

A alteração proposta fundamenta-se na necessidade de cobrir o déficit estimado, de 8,85 bilhões de cruzeiros, com as despesas de pessoal e de adminis-

tração geral do INPS, no corrente exercício. Além do mais, como acentuado na Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, "a arrecadação proveniente da incidência da cota de previdência sobre a renda líquida auferida pelas entidades turísticas tem se mostrado sem significação monetária".

Tratando-se, pois, de providência de grande alcance social e que não terá qualquer "repercussão negativa sobre os segmentos menos favorecidos da população, de vez que as atividades turísticas são tradicionalmente cultivadas por pessoas de nível de renda elevada, e que, sobretudo, contribuirá para melhorar uma receita essencial à previdência social e que hoje se encontra sensivelmente defasada em relação às despesas a que teoricamente deveria atender", somos pela aprovação do texto em exame, na forma do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 39, de 1977

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.515, de 30 de dezembro de 1976, que altera a redação da alínea "b" do art. 74 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.515, de 30 de dezembro de 1976, que altera a redação do artigo 74 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1977. — Deputado Yasunori Kunigo, Presidente — Senador Italívio Coelho, Relator — Senador José Sarney — Senador Ruy Santos — Senador Osires Teixeira — Senador Ruy Carneiro — Senador Nelson Carneiro — Senador Adalberto Sena — Deputado José Haddad — Deputado Ary Kffuri — Deputado Eurico Ribeiro — Deputado Ruy Côdo.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso Cr\$ 1,00)

Tiragem 3 500 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 57^ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE ABRIL DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ARGILANO DARIO — Ato de violência praticado pela Polícia Federal contra a Câmara Municipal de Caçoeiro de Itapemirim—ES.

DEPUTADO JERÓNIMO SANTANA — Irregularidades que estariam ocorrendo na Administração dos Projetos Integrados de Colonização de Rondônia, em detrimento de antigos colonos, na distribuição de títulos de terra.

DEPUTADO JOSE ZAVAGLIA — Análise de aspectos das diretrizes econômicas do Governo, em defesa dos pequenos e médios empresários.

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Medidas do Governo em favor do desenvolvimento do Programa Nacional do Álcool.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Debates e deliberações da 2^ª Conferência Nacional dos Institutos de Advogados, instalada na Cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADO RUBEM DOURADO — Declarações da CNBB, referentes à prioridade de outros problemas antes da implantação do divórcio no País.

DEPUTADO IGO LOSSO — Necrológio do Comendador Orlando Ceccon.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 24/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.513, de 29 de dezembro de 1976, que dispõe sobre incidência do Empréstimo Compulsório em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS. Aprovado, após usarem da palavra, no encaminhamento de sua vo-

tação, os Srs. Deputados Tarcísio Delgado e Parsifal Barroso. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 58^ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE ABRIL DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Apelo no sentido da elevação da cota de turismo para aquisição de produtos da Zona Franca de Manaus.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Solidariedade ao apelo formulado pelo seu antecessor na tribuna. Considerações sobre o problema do transporte marítimo para Manaus.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Aplicação de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, pelo Ministério da Educação e Cultura.

DEPUTADO JOAQUIM BEVILÁCQUA — Artigo publicado no *Jornal do Brasil*, intitulado *A irreverência das arcadas*, focalizando a presença da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, na vida política e jurídica do País.

DEPUTADO CLEVERSON TEIXEIRA — Posição de S. Ex^ª quanto à prorrogação de mandatos parlamentares.

DEPUTADO NELSON THIBAU — Implantação do divórcio no Brasil.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira próxima, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 25/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.514, de 30 de dezembro de 1976, que altera a redação do inciso II do art. 11 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, já modificada pelo Decreto-lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975. Aprovado, à promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 57^a SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE ABRIL DE 1977
3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura
PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guiomard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Benjamim Farah — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quercia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Tarsó Dutra.

EOS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edíson Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoléon — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçilio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudencio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto

Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vínius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Esírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argílano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frotta — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antônio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dáyl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino

Pereira — ARENA; Francisco Bilaç Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo.

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Ailton Sandoval — MDB; Ailton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pecheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulisses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás.

Adhemar Santillo — MDB; Élcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé —

MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 344 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Argilano Dario.

O SR. ARGILANO DARIO (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não há como deixar de registrar nosso protesto contra a presença de componentes da Polícia Federal, a mandado não sabemos de quem, no recinto da Câmara de Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, a fim de recolher os livros de Atas daquele Legislativo.

O que estranhamos no fato que denunciamos reside na falta de qualquer mandado de apreensão ou busca daqueles livros. Então, na Câmara só se encontrava o contínuo, que, ao lhe ser apresentada a identificação e feita a solicitação, não teve como deixar de entregar as atas.

A ocorrência já foi denunciada ontem na Câmara e no Senado. Reservei-me o direito, também, de torná-la pública, como o faço agora, perante o Congresso Nacional reunido, a fim de que Deputados e Senadores tenham conhecimento dessa medida inquietante, arbitrária, não condizente com as pregações do Presidente da República e de seu Ministro da Justiça no sentido de que não há censuras ou atos que indiquem violência.

Parece que se busca algo para incriminação de líderes políticos de nossa terra, ou mais especificamente, em Cachoeiro de Itapemirim, em razão de críticas formuladas contra descaminhos da causa pública, que não têm como preocupar senão aos fariseus da política cacherirensse.

Queremos lembrar às autoridades que tais atos nem sempre se baseiam na verdade dos fatos, mormente quando ocorrem ao sabor de maiores eventuais contrariadas.

Líderes do MDB em Cachoeiro de Itapemirim têm sido vítimas daqueles que, incapazes para respeitar a vontade popular expressa nas urnas, em razão do poder de liderança que ali os tem derrotado, buscam, nas tramas e nos embustes, tantas vezes desmascarados junto às autoridades, dificultar o trabalho honesto dos que lhe são opositores.

Relembro que há invencionices de inconformados da política de Cachoeiro, que, habituados à intriga, não evitam o ridículo de continuar buscando motivar processos nunca admissíveis em tempos normais, por denúncias que motivem interferências dessa natureza nos Poderes onde os eleitos constitucionalmente deviam estar, ao

contrário, resguardados de quaisquer ações que contrariem o direito de expressão.

Fica ao Presidente do Congresso Nacional a denúncia, na expectativa de suas honrosas providências em defesa dos que, embora estejam na Oposição, representam uma constante de ação em favor de sua causa.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a administração dos Projetos Integrados de Colonização em Rondônia não vão bem.

Prefiro ler, aqui, para que conste nos Anais, o teor dos abaixo-assinados, dos colonos do Projeto Sidney Girão, de Guajará-Mirim.

É verdade que o INCRA não atende às reivindicações dos colonos, em Rondônia.

É verdade que o INCRA chega até a perseguir os colonos com a Polícia.

Mas registrámos o fato em solidariedade aos que sofrem no Território de Rondônia.

Leio o que dizem os colonos, em abaixo-assinado encaminhado ao Sr. Presidente da República, conforme o Processo PR-2.468/77:

“Ao Exmº Sr.
General ERNESTO GEISEL
DD. Presidente da República
Brasília—DF

Senhor Presidente:

Nós, abaixo assinados, todos agricultores, todos lotados no Projeto Sidney Girão, há mais de três anos que aqui temos enfrentado todas as espécies de dificuldades, tanto financeira como estradas e malária, tudo isso para podermos adquirir o Título Definitivo. No entanto, chegou uma outra remessa de colonos, muito depois de nós, os reclamantes, e que não sabemos que critério o INCRA usou, pois já fez entrega dos títulos a esses novos colonos e nós ficamos relegados a segundo plano, sabe até quando. Sabemos que Vossa Excelência é um Chefe de Nação que muito está preocupado com a situação de regularização de terras no Território, é que nos animamos a fazer esse abaixo-assinado, na esperança de que o Nobre Mandatário mande averigar o por quê dessa atitude, como averigar outras irregularidades que aqui existem, tais como falta de estradas vicinais, falta de sementes e outros, e procure mandar a solução.

Projeto Sidney Girão, Mun. de G. Mirim (RO), 4-3-77.”

Assinam este abaixo-assinado 16 colonos.

Agora o outro:

“Exmº Sr.
Deputado Jerônimo Santana
DD. Deputado Federal pelo Ter. Fed. de Rondônia

Nós, abaixo assinados, George Rangel, Isaac Dias da Silveira e Antonio da Mota, representando os parceleiros da Linha “D”, Gleba 3 e Gleba 30, vimos, respeitosamente, por meio desta, levar ao conhecimento de V. Exª as irregularidades existentes nestas duas glebas, irregularidades essas abaixo discriminadas:

Falta de demarcação em vários lotes, deslocamento de marcos, que foram deslocados pelo trator do INCRA quando do alargamento da referida estrada, estando nós agora em litígio, visto que não sabemos onde ficam as nossas reais divisas. Falta de demarcação no fundo de todos os lotes que fazem frente com a Linha “D”, nas já citadas glebas.

É de nosso conhecimento, entretanto, que as verbas para essas demarcações já foram liberadas e entregues para os responsáveis, pela execução dessas demarcações.

Apelamos, portanto, a V. Exª que interfira a nosso favor, porque é o único caminho que podemos trilhar para que nossas reivindicações sejam atendidas.

As demarcações referidas na Linha 9 referem-se à frente dos lotes que já foram medidos e demarcados, porém o trator, no alargamento, não tomou conhecimento de nossas advertências, deslocando, assim, muitos marcos, o que nos deixou como se estivéssemos numa gleba comum.

Nada mais havendo no momento, aproveitamos o ensejo para reiterar os nossos protestos de elevada estima, confiança e consideração.

Atenciosamente.”

Assinam este abaixo assinado 12 colonos.

Também a Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim tem se preocupado com os problemas dos colonos de Sidney Girão, conforme requerimento distribuído pelo Serviço de Relações Públicas daquela Câmara, que leio:

“REQUERIMENTO N° 05/77

Exmº Sr.
Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente:

Considerando que é o Vereador representante legítimo de um Município, para quem o seu povo pode apresentar as suas reivindicações;

Considerando que é o Vereador o elo de ligação entre o povo e as autoridades legitimamente constituídas;

Considerando que, além dessas prerrogativas, é o Vereador que está nas ruas, nos bairros e nos campos, onde ouve todas as queixas e, sobretudo, sofre ainda as agruras das críticas;

Considerando que um povo, quando clama por socorro, é porque o sofrimento atingiu o ápice, motivado por uma série de fatores, que, independente da vontade e como uma comunidade que vive integrada na sociedade, mas que por descuido de alguns, foi lançada ao ostracismo;

Considerando a total falta de assistência médica-sanitária aos parceleiros do PIC Sidney Girão;

Considerando, finalmente, que, partindo desse princípio, como representante do povo deste Município, legitimamente reconhecido, pela força do voto popular, vimos, nesta propositura, depois de verificarmos **in loco** o drama dos agricultores do Projeto Integração e Colonização Sidney Girão, fazer um apelo às autoridades do INCRA, para que sejam mais eficazes os atendimentos médicos naquele PIC;

Requeiro, ouvido o plenário, na forma regimental, seja encaminhado aos Senhores Ademar da Costa Sales, Executor do PIC Sidney Girão; Dr. Reinaldo Galvão Modesto, Chefe da Divisão Técnica Territorial de Rondônia, e Dr. Bernardo Martins Lindoso, Coordenador Regional da Amazônia Ocidental — CR 14, em Rio Branco, uma reivindicação, em favor dos parceleiros do Sidney Girão, no sentido de não deixar faltar a assistência médica-sanitária, suspensa há mais de 90 (noventa) dias consecutivos, e nenhuma providência se faz notar, para suprir esta lacuna. Além do enfermeiro proceder atendimentos no posto médico apenas uma vez na semana, aquele posto não possui medicamentos. Ante essa situação e levando-se em conta ser uma região insalubre, com grande número de casos de doenças endêmicas e ainda sem os recursos sanitários indispensáveis à preservação da saúde, carece de maior assistência e cuidados.

Justificação

Voltamos hoje com esta proposição, acreditando todos aqui neste plenário tenham recebido da mesma maneira como chegou ao nosso conhecimento apelos para pedirmos solução do problema que estamos enfocando. E para que

pudéssemos tomar qualquer iniciativa, fomos *in loco* verificar o que de real existia no PIC Sidney Girão.

Tudo o que vimos foi o completo descaso pela saúde dos parceiros. Não há médico já por um período que vai além de 90 dias. O posto médico sem medicamentos. Enfermeiro fazendo atendimentos apenas uma vez por semana (sem medicamentos).

Uma região como aquela que é a de Sidney Girão, contaminaada de toda espécie de males, que vão desde a malária até a hepatite, é impossível ficar desassistida. Há uma comunidade que conta com aproximadamente 6.000 almas, entregues à própria sorte, esperando por uma providência urgente das autoridades responsáveis para minorar o seu drama.

Há necessidade, ainda, que a ambulância daquele PIC fique estacionada no Núcleo Secundário, para melhor poder prestar os serviços a seu cargo, por assim ficar próxima dos centros mais populosos, para os casos mais urgentes, como sempre acontece. Quanto aos enfermeiros, não dispõem de medicamentos e carros para transportes dos enfermos. Achamos uma calamidade, pois a ambulância baseada na administração é importante, quando o melhor é estar mais próxima dos parceiros ou pelo menos uma outra, para periodicamente circundar as linhas e verificar o que de melhor pode oferecer àquela gente preciosa do campo, a quem muito devemos o nosso desenvolvimento, porque entendemos que o agricultor é a engrangagem-mestra que impulsiona o progresso de um povo, e por esta razão fazemos o nosso veemente apelo para que sejam melhoradas as condições salutares dos parceiros do PIC Sidney Girão.

Sala das Sessões, 8 de março de 1977."

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Com a palavra o Sr. Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSE ZAVAGLIA (MDB — SP) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inúmeras são as consequências que resultam dos momentos difíceis por que passa a economia do País. O Governo tem procurado, através dos recursos de que dispõe, os mecanismos que melhor se adaptam às evoluções negativas que se sucedem. Todavia, não há quem possa determinar, sem incorrer em erros, os resultados que deverão sobrevir da política econômica ora praticada.

Ao analisarmos essa conjuntura, convém não nos esquecermos que o Brasil, apesar de todas as suas dificuldades para combater a inflação e equilibrar seu balanço de pagamentos, tem todas as condições para superar tais dificuldades. Isso, entretanto, exige um certo consenso de todos que constroem a economia de uma nação: membros do Governo, entidades de classe, operários etc. A verdade, porém, é que estamos muito longe de chegar a esse consenso.

A restrição de crédito e a deplorável alta dos juros são consequências do nosso modelo econômico. Ao nosso ver, essas distorções têm acarretado prejuízos enormes ao desenvolvimento brasileiro. Para tanto, basta recorrer aos índices de liquidez do comércio e da indústria para verificar que não estamos exagerando.

Aliás, já era de se esperar que a restrição de crédito forçaria uma alta dos juros. Igualmente que ativaría o mercado paralelo do dinheiro, aumentando ainda mais o seu custo. O pequeno e o médio empresários fatalmente seriam os mais prejudicados. E essa tendência mais se acentuaría à medida que fosse verificado que não haviam medidas oficiais de apoio à pequena e média empresas. Até ao menor observador ficaria também claro que essas distorções se espalhariam em cadeia. Fatos substanciais estão a demonstrar essas assertivas.

Ultimamente se tem noticiado em jornais do País que a rede bancária, o comércio e a indústria, além de outras organizações de crédito, têm levado a protesto títulos, duplicatas e outros documentos creditícios, sem o devido aceite do devedor, nos citados documentos. Acontece que, na maioria das vezes, o devedor não recebeu a mercadoria e nem o aviso de vencimento. Ao se sujeitar ao protesto, o suposto devedor sofre o abalo do crédito e as demais consequências de que não é merecedor. Essas irregularidades estão a demonstrar

que os erros cometidos no contexto das diretrizes econômicas atingem setores amplos e, em certos casos, em detrimento de pessoas que relação alguma teriam com os problemas da nossa economia.

Para que essas injustiças tenham um paradeiro, estamos ocupando a tribuna para que esta denúncia chegue ao conhecimento do ilustre Ministro Simonsen. Este apelo há que surtir efeito, pois S. Ex. sempre esteve atento aos problemas que envolvem a nossa comunidade.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nossa Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os evidentes sinais de que a Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo pretende aumentar, a curto prazo, o preço do barril, já começam a preocupar a economia mundial, notadamente os países em desenvolvimento, entre os quais se inclui o Brasil, que, infelizmente, ainda importa cerca de 90% do petróleo que consome.

Os próprios Estados Unidos, diante dessa situação, estariam propensos a enveredar por um programa energético que tem como diretriz a austeridade no gasto de combustíveis, a despeito do elevado estágio de desenvolvimento que conseguiram atingir. Na verdade, importam cerca de 50% do petróleo de que se utilizam.

No caso brasileiro, em princípio, a solução foi encontrada. Ao optar pela produção do álcool, cujas matérias-primas possuímos em larga escala, o País vai aos poucos se encaminhando para a saída ideal, levando-se em conta que o petróleo está entre os recursos naturais não renováveis e que só o território amazônico é capaz de abastecer o mundo, não apenas com o álcool extraído da cana-de-açúcar, como também da mandioca, do babaçu e de outras fontes inesgotáveis lá existentes.

Temos a matéria-prima, que é o essencial, Sr. Presidente. Temos também técnicos governamentais debruçados sobre mapas, plantas e projetos de viabilidade, ao lado do empresariado que participa ativamente dessa grande batalha, a ser vencida pelo Programa Nacional do Álcool — PROÁLCOOL.

Nossa capacidade de produção de destilarias, ao que se informa, permitirá a instalação anual de 100 unidades, em média, o que não deixa de ser um dado bastante expressivo. O País está vivamente empenhado nessa jornada de redenção da economia nacional.

Tudo está sendo feito criteriosamente para que o PROÁLCOOL comece a desanuviar os horizontes que nos separam da meta dos 3 bilhões e 900 milhões de litros a serem adicionados à gasolina à base de 20%, já nos próximos anos.

Se há alguma demora, sinceramente, reconhecemos que a culpa não cabe ao Governo. É que uma iniciativa dessa envergadura, destinada a mudar, para melhor, é claro, a face da economia nacional, não pode ser implantada da noite para o dia. De improvisos em improvisos foi que o Brasil chegou aos tumultuados dias que antecederam à Revolução de 1964.

Mais de cem projetos foram aprovados e inúmeros outros estão em estudos. É questão de dias, acreditamos. Não vemos motivo para inquietação.

Conscientes nos esforços do Governo do Presidente Ernesto Geisel e no dinamismo do empresariado brasileiro, tenho certeza, superaremos mais esse obstáculo que, intempestivamente, se inseriu no contexto do desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vêm obtendo grande repercussão nos meios forenses nacionais os debates e as deliberações da 2ª Conferência Nacional dos Institutos de Advogados, instalada quarta-feira última na cidade do Rio de Janeiro.

Dentre as proposições apresentadas para debates, destaca-se a das séries exclusivamente individuais, sem o recesso das Varas e Tribunais, oferecida pelo festejado jurista Alcino Salazar.

A sua justificação está respaldada em longo tirocínio profissional do seu autor, ao sustentar que o critério existente de férias coletivas resulta em perda substancial do tempo para exame e julgamento das causas e considerável prejuízo do respectivo rendimento.

Ressalte-se que, além de sugerir as férias individuais, Alcino Salazar proporá também a criação de órgão coletivo de primeiro grau, formados por três juízes, para julgamento definitivo, em regra, das causas processadas em cada um dos respectivos juízos, "com exceção das de processo sumaríssimo e outras que a lei determinar e com a ressalva de ordem transitória quanto a juizados com sede em determinadas regiões enquanto não comportarem a formação de colegiados".

Eis outras proposições apresentadas pelo ex-Presidente da OAB: transformação do STF em corte de nível constitucional, sem julgar recursos extraordinários; criação de um Tribunal Superior de Justiça, "com a finalidade, em princípio, de assegurar a uniformidade da aplicação da lei federal, mediante recurso extraordinário nos casos excluídos da competência do Supremo"; instituição do princípio da especialização da competência das seções, turmas, câmaras ou outros órgãos em que se dividirão os tribunais; e supressão do recurso de apelação, em causas de processo sumaríssimo e, em regra, com exceções enumeradas na lei, nos processos ou causas cíveis de primeira instância".

Sr. Presidente, ao registrar, com louvores, a instalação desse importante conclave e alguns dos temas em debate, reafirmo o conceito de saudoso sociólogo patrício:

"Onde haja a certeza da reta distribuição da justiça, aí os cidadãos reposam e confiam. A estabilidade social se implanta. A paz pública se firma."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubem Dourado.

O SR. RUBEM DOURADO (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por força do Regimento Interno, não tendo tempo para responder à manifestação da CNBB, uso deste período destinado a breves comunicações para emitir o meu ponto de vista, disposto a dialogar, nesta Casa, com os Parlamentares que defendem a posição daquela entidade, que faz afirmações absolutamente inconsequentes, áridas, sem qualquer noção da realidade brasileira. Uma delas: o Bispo acha mais sério o problema da fome. Quem afirmou, nesta Casa, que a fome não é problema maior do que o divórcio? Na justificativa do projeto, ou em qualquer Comissão, nenhum Congressista afirmou que a fome não seja mais importante do que o divórcio? Que mande a Igreja para o Parlamento Nacional sugestão legislativa para resolver o problema da fome, e nós a aprovaremos, se procedente, por unanimidade.

A afirmação da CNBB é de um primarismo que emudece as consciências de maior responsabilidade. O Presidente da CNBB afirma que é obrigado a defender a indissolubilidade do matrimônio para não ser acusado de omissão. Se ele não quer ser acusado de omissão num problema do Estado, quanto mais nós, que somos um Poder do Estado — o Poder Legislativo. Não queremos, perante a Nação e o povo, ser considerados omissos numa questão social que aflige 70% da população brasileira.

Sr. Presidente, há ainda uma exploração pueril a respeito do MDB e do **quorum** exigido para aprovação de emendas constitucionais. Nossa partido não é responsável pelo estabelecimento do novo **quorum**. Recebemos essa imposição do Poder Executivo. Através de Proposta de minha autoria, com apoio de 170 Deputados, pedimos a este Congresso que votasse a dissolubilidade do casamento, porque ela é aceita por 96% da humanidade. A intromissão indevida a Igreja junto ao poder civil vem de séculos imemoriais. Em toda a Idade Média, inclusive na Renascença, o direito temporal era um denominador comum. Mas, Sr. Presidente, todos sabemos que, a partir da Proclamação da República, promulgada a Constituição de 1891, o Estado passou a consagrar o

contrato social do casamento e a se responsabilizar por ele. Não estamos, absolutamente, desrespeitando a Igreja. Não estamos contra a Igreja; estamos ao lado do povo e esperamos que a Igreja também se coloque nessa posição. A Igreja, sim, por nota oficial, é que está ameaçando os Parlamentares. Devemos dizer que a nossa missão não é teológica.

Se é um argumento dizer que no atual momento a Igreja está contra o Governo Federal, é evidente que toda a Nação também está contra o Governo Federal. E ele sabe disso. Tanto é que suprimiu as eleições diretas, não só para o Governo dos Estados, como para 1/3 do Senado. É a prova de que o Governo sabe que o trabalhador está contra ele; que a indústria de São Paulo, que representa 48% da arrecadação federal, está contra ele; que a Igreja está contra ele e que o estudante está contra ele. O Governo que aí está apenas usa os Atos Institucionais, mas não apresentou ainda aquelas soluções que há 13 anos prometeu dar ao povo brasileiro.

Voltarei, Sr. Presidente, no Pequeno Expediente da Câmara dos Deputados, a desenvolver minhas idéias, para demonstrar que não é só a Igreja que está contra o Governo; é o povo brasileiro, porque não está atendido.

Não tiveram os governantes condições administrativas para cumprir aquilo que, talvez, até eles desejasse. Logo mais aqui estaremos, na sessão da Câmara dos Deputados, para defender os pontos de vista da maioria do povo brasileiro, reafirmando que não é só a Igreja que está contra o Governo; o povo também está. Mas esse problema não é político, é social.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Igo-Losso.

O SR. IGO LOSO (ARENA — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o povo paranaense foi surpreendido no dia 21 de março do corrente ano com o falecimento, em Curitiba, do Comendador Orlando Cecon, que além da viúva, a digna Sra. Balbina Cecon, deixou filhos e netos. Homem simples e dotado de um grande espírito empreendedor, foi sempre amigo de todos os que o conheceram.

Nascido em Colombo, faleceu com 61 anos de idade. Prestou magnífico trabalho à coletividade, como industrial gráfico e editor, atividades a que se dedicou em quase toda a vida. Filho de tradicional família — sendo seu pai Rigomero Cecon, agricultor e comerciante, e sua mãe a Profª Isolina Cecon — iniciou cedo suas atividades como tipógrafo, enquanto estudava até o 3º ano de Engenharia Civil. Depois, montou sua tipografia própria, que denominou Editora Litero-Técnica Orlando Cecon, onde eram impressos dezenas de jornais, revistas paranaenses e do Sul do Brasil.

Os mais notáveis autores paranaenses, muitos brasileiros e estrangeiros, imprimiram suas obras na referida editora. O apoio que dava a escritores, jornalistas e políticos, que às vezes não possuíam recursos para imprimir suas obras, jornais e propagandas merece destaque especial.

O Comendador Cecon ajudava a todos e parecia, na maioria das vezes, que ele tinha maior satisfação no atender e servir do que no lucro que viesse a obter. Por isso, não podemos deixar de prestar-lhe esta homenagem, hoje, neste necrológio.

Além de proprietário, era o fundador e diretor-responsável do jornal **Folha Agrícola**, órgão oficial do Município de Colombo, que ele imprimia com muita satisfação para assinalar todos os acontecimentos importantes de sua terra natal. Foi por longos anos Presidente da Sociedade Garibaldi, sendo um dos incansáveis lutadores no sentido de que o prédio-sede da entidade fosse devolvido, pois havia sido encampado pelo Estado desde a última guerra. E isso ocorreu não há muito tempo, depois de uma longa batalha judicial.

Ocupou diversas vezes a Presidência do Rotary Club de Colombo e também a do Sindicato das Indústrias Gráficas do Paraná. Pelos relevantes e significativos serviços prestados aos emigrantes italianos que se radicaram no Paraná e como incansável propagandista pelo melhor relacionamento entre o Brasil e a Itália, foi condecorado pelo governo italiano com o grau de Comendador, o que lhe deu uma das maiores alegrias na modesta vida que levava.

Ao seu sepultamento estiveram presentes grande número de autoridades e amigos, que lhe foram dar o último adeus, num preito de reconhecimento e gratidão por tudo o que fez em vida.

Coube finalmente — já à beira do túmulo — ao Dr. Vasco Taborda, Presidente da Academia Paranaense de Letras, ressaltar as suas inequívocas virtudes.

Fazemos, portanto, este despretensioso registro, apresentando sentidas condolências à família enlutada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 28, de 1977-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei nº 1.514, de 1976, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 27, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.513, de 29 de dezembro de 1976, que dispõe sobre incidência do Empréstimo Compulsório em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Tarcísio Delgado.

O SR. TARCÍSIO DELGADO (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Congresso Nacional deliberará daqui a pouco sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1977, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.513, de 29 de dezembro de 1976, que dispõe sobre a incidência do Empréstimo Compulsório em favor da Centrais Elétricas S/A — ELETROBRÁS.

Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação, em nome da bancada do MDB, para expressar que a Oposição nega aprovação a esse decreto, mas uma lei a instituir um empréstimo compulsório cujas consequências, afinal, recairão sobre o consumidor. Todo cidadão brasileiro, ao receber suas contas de fornecimento de energia elétrica, depara-se, a cada momento, com novas tarifas, novas taxas, novos empréstimos compulsórios. Este decreto-lei, instituindo mais um empréstimo compulsório em favor da ELETROBRÁS, no final, onerará mais o consumidor brasileiro, que já paga altas tarifas pelo consumo de energia elétrica.

Por isso, Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação como uma declaração de voto. A bancada da Oposição nega aprovação a esse projeto de decreto legislativo. Já temos um somatório incrível de impostos, taxas, tarifas, e estamos, todos os dias, a instituir novos empréstimos compulsórios, onerando, afinal — repito —, o consumidor, o trabalhador brasileiro, aquele que luta pelo pão de cada dia e não tem mais condições de pagar os elevadíssimos impostos cobrados. O empréstimo compulsório da espécie que estamos apreciando hoje é um ônus a mais que recai sobre o consumidor brasileiro.

Por estas razões, a bancada da Oposição votará pela rejeição do projeto de decreto legislativo em exame.

O Sr. Parsifal Barroso — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Tem a palavra V. Ex^{ta}, como Líder, para encaminhar a votação.

O SR. PARSIFAL BARROSO (ARENA — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Aliança Renovadora Nacional, após ouvir as considerações expendidas pelo nobre Líder do Movimento Democrático Brasileiro, contrárias à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1977, entende que não há razão alguma, nem nenhum argumento foi apresentado, capaz de contrariar as razões constantes do parecer da dota Comissão Mista que justificou a necessidade de ser aprovada a proposta em tela. Acresce, por outro lado, que todos nós, brasileiros, sabemos das dificuldades que estão sendo enfrentadas pela ELETROBRÁS, no sentido de dar exata conta das suas responsabilidades, de corrigir a desfasagem que existe há muitos anos na execução do Plano de Eletrificação Nacional justamente por deficiência de recursos financeiros.

Ante o exposto, Sr. Presidente, a Aliança Renovadora Nacional votará favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1977.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Vou submetê-lo à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com voto contrário da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.) Aprovado, pelo Senado Federal, com voto contrário do MDB.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 58^a SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE ABRIL DE 1977

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ LINDOSO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guiomard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Frei-

re — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Benjamim Farah — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Tarsó Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçilio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Esírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antônio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcisio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José

Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacilio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Caccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Eleival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Ávaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Lossio — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 344 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Casa e o Brasil são testemunhas da luta que eu e outros companheiros temos desenvolvido, aqui e no Senado, em favor de uma instituição que, como tenho declarado inúmeras vezes, foi a mais positiva para nossa região — a Zona Franca de Manaus. Mas esta instituição, em parte por culpa de seu atual superintendente, e dos que antes dele a dirigiram, tem sofrido grandes revizes. O próprio Governo federal é igualmente responsável por isso, em razão das alterações que impõe à legislação da Zona Franca, que hoje já não desperta a confiança dos investidores.

Não tenho dúvidas de que se assim não fosse, a FIAT não estaria hoje em Minas Gerais, mas, sim, em Manaus, e a VOLVO não estaria agora se instalando no Paraná, mas em Manaus.

Por outro lado, Sr. Presidente, há certas coisas que não exigem muita inteligência de quem se põe a decifrá-las. Ora, se uma passagem de São Paulo a Manaus custa 7 mil cruzeiros, quem vai sair de São Paulo e ir até lá para trazer 100 dólares de mercadorias?

De duas uma: ou esta pessoa seria tola, ou contrabandista. E, se saísse de Porto Alegre, muito maior ainda seria o custo da passagem.

A luta que se tem travado nesta Casa é no sentido de que se aumente a quota do turista, mas o Governo não nos tem ouvido. Os últimos apelos que tenho feito são para que se utilize um critério justo, para que se dê ao turista o direito de trazer o mesmo valor que gastou na passagem. Por outro lado, nas fronteiras que se pode atingir de carro, Argentina e Uruguai, compra-se tudo o que há em Manaus por preço mais baixo, sem contar o valor da passagem.

O famoso e consagrado jornalista Edmar Morel publicou longa reportagem sobre uma visita que fez a Manaus. O título é: "A Tristeza do Repórter: Pensava Encontrar um Formigueiro Humano na Zona Franca e Viu um Velório". E ele descreve aqui as casas comerciais vazias ou fechadas, o mesmo ocorrendo com mais de uma dezena de hotéis. Os aviões que vão para Manaus, nos quais se disputava uma vaga com 6 a 8 dias de antecedência, agora viajam vazios. E a própria circulação de dinheiro em Manaus é reduzida a ponto de o Governo já estar em dificuldade para pagar o funcionalismo. E Edmar Morel pergunta por que os turistas não vão mais a Manaus. Ora, não é só porque os preços das mercadorias encareceram um pouco, o que, de resto, ocorreu em todo o Brasil. É, antes de tudo, porque não compensa.

Volto a dizer que não é preciso ser muito inteligente para entender que ninguém, honestamente, vai gastar 6, 8 ou 10 mil cruzeiros de passagem para trazer 100 dólares de mercadorias. Se o Governo quer consolidar a Zona Franca de Manaus, há uma série de meios para fazê-lo, como acabei de citar e que o jornalista também enumerou em sua reportagem. Não é apenas o mercado de Manaus que está sofrendo, mas os hotéis e a aviação comercial. Trata-se de uma série de complexos em torno da Zona Franca que podem evoluir, estacionar ou regredir.

Voltarei, em outra ocasião, a falar sobre o assunto, pois, quando comento esta reportagem, que pode conter algum exagero aqui ou ali, quero mostrar a V. Ex's que ela é realmente válida. Insisto em pedir que o Governo examine a possibilidade de permitir que o turista traga mercadorias em valor igual ao da passagem que comprou.

Certa ocasião, perguntaram-me qual seria a quota para o turista que ganhasse uma passagem de cortesia. Respondi que deveria ser a mesma, isto é, mercadorias no valor da passagem, mesmo não a tendo comprado.

Espero que o Governo mantenha aquela que foi a maior realização do falecido Presidente Castello Branco, implantada na Ama-

zónia Ocidental — a Zona Franca de Manaus — que está em declínio, embora não tanto quanto se tem apregoado por aqui. E o atual Superintendente, que não move uma palha em favor da Zona Franca, é também um dos responsáveis por isso.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eminentes Congressistas, fazendo eco às palavras do nobre Deputado Joel Ferreira, esperamos que a Zona Franca de Manaus ocupe o seu lugar devido no cenário nacional e que o sonho do grande Deputado Federal Pereira da Silva e do Presidente Castello Branco se realize. De tal forma se realize que a Zona Franca seja, realmente, benéfica ao Brasil e ao Amazonas. Esperamos que a mensagem do Deputado Joel Ferreira, qual seja, a volta da Zona Franca às suas origens, seja ouvida pela cúpula da administração federal do Brasil. Que esta Casa do povo, nós (eu, o Deputado Joel Ferreira e outros) ajude, no objetivo de que a Zona Franca seja vitoriosa.

Sr. Presidente, eis-me a lutar pelo retorno ao serviço, que anteriormente prestavam, dos navios que faziam a linha Porto Alegre — Rio, Recife — Manaus; São Paulo (Santos) — Manaus e Rio — Manaus. Justifico a solicitação e teço comentários sobre os problemas causados à praça de Manaus, em termos de abastecimento de mercadorias, principalmente gêneros de primeira necessidade.

1 — Com a redução do transporte marítimo e supressão, quase total, desse meio de transporte de Porto Alegre e porto de Santos, para o Rio de Janeiro e Manaus, viram-se os importadores obrigados a autorizar a movimentação de parte da carga, com destino a Manaus, existente nesses portos, para o porto do Rio de Janeiro. Essa providência exige custos adicionais elevados de frete rodoviário de Porto Alegre e São Paulo, para o terminal portuário do Rio de Janeiro. Ficam, assim, cargas destinadas a Manaus sujeitas a dois tipos de frete: um rodoviário, outro marítimo.

2 — A significativa redução da praça marítima para Manaus, por serem reduzidos os navios e obsoletos grande parte dele, sendo os navios velhos e de pouca velocidade, levou ao leilão, de praça, para o porto de Manaus, com tal descompasso entre a demanda e a disponibilidade de praça que as cargas levam de 80 a 120 dias, do tempo de aquisição ao tempo do seu recebimento em Manaus.

3 — Com a nova política adotada pela SUFRAMA junto aos importadores amazonenses de cimento, para que prefiram a aquisição de cimento nacional à importação do estrangeiro, então subiu mais ainda a pressão sobre a demanda de frete. O consumo de cimento da Amazônia Ocidental leva a uma necessidade de transporte mensal de 15.000 a 20.000 toneladas, necessitando-se, só para o cimento, de 5 navios de 3.000 toneladas, ou 3 navios de 5.000 toneladas, mensalmente. Nessa demanda de praça não estariam incluídos a ração balanceada, o café e outros produtos básicos. Note-se, ainda, que os continuos lapsos de fornecimento e as consequentes oscilações de preços do cimento levam o consumidor, acostumado a fornecimento regular, a preços competitivos, ao sobressalto.

4 — No tocante à carga frigorificada é, também, grave a situação. Só em carne e peixe, o transporte rodoviário e aéreo alcançou 8.866.412 kg, sem incluir laticínios, sorvetes, sucos, artigos de salsicharia, frutas frescas, cujo volume de transporte para Manaus atingiu 9.015 toneladas em 1976. A quase totalidade desse transporte é feito por via terrestre, de maneira onerosa para o consumidor e, do ponto de vista da economia nacional, pelo maior consumo de combustível, na operação. Note-se, ainda, que os importadores da Zona Franca de Manaus, que se abasteciam de produtos frigorificados estrangeiros e não sentiam problemas de transporte frigorificado, dada a disponibilidade da praça frigorificada no mercado internacional de navios, passaram a senti-lo agora, quando se voltaram para o suprimento nacional. Ainda, neste particular, convém ressaltar a diferença do custo de transporte de carga

frigorificada, da marítima para a terrestre, de 300%; e da marítima para a aérea, de 1.200%. Forçados a mudar de meio de transporte, os importadores terão seus custos elevados, consideravelmente, refletindo-se o fato em mais uma força inflacionária para a economia da região.

Pleiteio:

1 — Que os navios "Marcos", "Souza Dantas", "Amazonas", "Boa Esperança" e "Pedro Teixeira", da Navegação Marítima Netumar, com sede em Manaus, obtenham autorização para operar, normal e definitivamente, na linha LC-10, sendo estes navios rápidos (10 dias na rota Rio — Manaus), dotados de equipamentos modernos, de carga e descarga; e com câmaras frigoríficas, com o que se veriam atenuados os problemas da presente exposição.

2 — Por possuirem câmaras frigoríficas, os 4 navios citados contribuiriam com a capacidade adicional de transporte de 400 toneladas de produtos de primeiríssima necessidade e perecíveis, com a diferença de custo de 300%; com relação ao frete rodoviário 1.200%; com relação ao frete aéreo, além de proporcionar a racionalização do uso de combustível, ação em que se empenham as forças mais responsáveis do País.

3 — Que, de imediato, possam retornar a linha Santos — Recife — Manaus os navios da Brasilmar, "Morro Vermelho" e "Olavo Egídio", das Linhas Brasileiras, assim como os da Navegação Casemiro.

Sr. Presidente, Srs. parlamentares do Brasil, o Amazonas, inclusive a sua Capital, a mimosa Manaus, não pode continuar prejudicado, isto é, sem o retorno ao serviço, feito antes, das naves que faziam as linhas Porto Alegre — Rio, Recife — Manaus e São Paulo — Manaus, Rio — Manaus.

Meu clamor, como representante do povo do Brasil, destacadamente do Amazonas, sintoniza-se com a gente do Grande Rio, do extremo Norte e com os estudos e aspirações da valente, valiosa e tradicional Associação Comercial do Amazonas, com a atual e ativa presidência de Elias Jacob Benzecry.

Que me atenda o setor federal governamental. Que me atenda urgentemente, pois, além do mais, falo em nome do Comércio e da Indústria do Estado do Amazonas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como é sabido, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS — tem como fonte de custeio a Loteria Esportiva, que assegura ponderáveis recursos financeiros. Assim, nada mais justo que o MEC, de forma objetiva, promova sua aplicação.

Por isso, na oportunidade registro diversas medidas adotadas com esse fim.

O Ministro Ney Braga, da Educação, assinou convênio com 18 hospitais universitários, no valor de Cr\$ 238 milhões, com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e que serão aplicados na recuperação de prédios, ampliação de instalações e na melhoria dos equipamentos dos hospitais universitários das Universidades Federais da Bahia, do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Rio de Janeiro, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Juiz de Fora, Pernambuco, Santa Maria e Goiás. Foram também beneficiadas a Escola Paulista de Medicina, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda mais. Os convênios foram assinados pelo Ministro Ney Braga, pelo diretor de Operações Especiais da Caixa Econômica Federal, Gil Macieira, e pelos Reitores das instituições de ensino beneficiadas. O Programa de Recursos para Hospitais Universitários despendeu este ano um total de Cr\$ 530 milhões, e a diferença entre os recursos liberados e o total será aplicada em estabelecimentos de ensino superior, particulares e estaduais.

Coube às instituições beneficiadas pelos convênios as seguintes importâncias: Universidade Federal do Pará, Cr\$ 700 mil; do Rio Grande do Norte, Cr\$ 28 milhões; da Bahia, Cr\$ 10 milhões; do Ceará, Cr\$ 8,9 milhões; do Piauí, dois ajustes no valor de Cr\$ 500 mil e de Cr\$ 7,8 milhões; do Espírito Santo, Cr\$ 19,6 milhões; de Minas Gerais, Cr\$ 32 milhões; de Juiz de Fora, Cr\$ 5 milhões; do Rio de Janeiro, três convênios no valor de Cr\$ 42,3 milhões, Cr\$ 5,5 milhões e Cr\$ 1,7 milhão; de Pernambuco, Cr\$ 20 milhões; de Santa Catarina, Cr\$ 47,3 milhões; de Goiás, Cr\$ 10 milhões; Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, Cr\$ 13,3 milhões; Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, Cr\$ 20 milhões, e Escola Paulista de Medicina, Cr\$ 8,3 milhões.

Sr. Presidente, no exercício do mandato representativo, entendo que o que deve inspirar antes a ação política é exclusivamente o espírito construtivo, o sentido do bem público.

Ao término de minhas atividades parlamentares diárias, encontro sempre repouso na paz da consciência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joaquim Bevilacqua.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sob o título "A irreverência das arcadas", o *Jornal do Brasil* de hoje publica interessante notícia histórica sobre o liberalismo sempre presente na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Passo a lê-lo, Sr. Presidente, para que conste dos Anais desta Casa:

"Pelos Arcadas do Largo de São Francisco passaram, entre as gerações de bacharéis que se formaram na Faculdade de São Paulo nos últimos 149 anos, as fornadas de Quadros que serviram a todos os regimes brasileiros e as manifestações de inquietação política que assombraram todos esses regimes. E, freqüentemente, passaram juntas. O acadêmico Roberto de Abreu Sodré que, em 1942, desfilava com uma rolha na boca em protesto contra o Estado Novo, numa passeata organizada pelos alunos da Faculdade, era o Governador de São Paulo que, em 1968, viu o Largo ocupado pelos estudantes, num movimento de protesto. Se alguém, neste percurso, manteve a rota de seus hábitos, foi a Faculdade, e não seu ex-aluno.

A tradição acadêmica do Largo de São Francisco foi inaugurada, em 1828, com aula do professor Avelar Brotero — um liberal agitado. Como liberal iconoclasta era José Bonifácio, o Moço — o Andrada que, por duas décadas, em meados do século passado, encarnou o espírito inconformista da faculdade e, em 1868, ao cair o gabinete liberal de Pedro II, recebeu um banquete de homenagem dos estudantes. Nele, discursou um orador desajustado à ortodoxia da época — o futuro abolicionista, no Império, e monarquista, na República, Joaquim Nabuco. À mesa, sentavam-se dois acadêmicos inquietos — Rui Barbosa e Castro Alves.

Em 1831, os estudantes do Largo organizaram batalhões contra Pedro I, como na Guerra do Paraguai organizaram contingentes para lutar junto às tropas imperiais. A faculdade estava presente na crise em que findou o Primeiro Reino: foram seus acadêmicos que socorreram o jornalista oposicionista Líbero Badaró. Como tomou parte na campanha abolicionista. E como forneceu ao movimento republicano Quintino Bocaiúva, Tavares Bastos e Teófilo Otoni. Na Revolução Constitucionalista de 1932, havia piquetes de acadêmicos do Largo.

Ao mesmo tempo, se oferecia fermentos às mudanças, alimentava os regimes de dirigentes. Vieram do Largo para os gabinetes do Império o Marquês de São Vicente e Silveira Martins; para a República Velha, Campos Salles, Rodrigues Alves, Prudente de Moraes, o Barão do Rio Branco, Pinheiro Machado; para o breve regime de 34, o Ministro Vicente

Rao; para o de 1946, o Ministro Sampaio Dória e o Presidente Jânio Quadros; para o de 1964, os Ministros da Justiça Gamma e Silva e Alfredo Buzaid, além do emedebista Pedroso Horta.

O Estado Novo aposentou o professor Sampaio Dória que, por sua vez, seria Ministro da Justiça quando o movimento de 1945 aposentasse o Estado Novo. Há personagens anfíbias da vida política brasileira, saídas do Largo de São Francisco, como Rui Barbosa, que foi alternadamente e até simultaneamente um oposicionista insistente e um membro influente de Governos republicanos. Como atravessaram as Arcadas para uma militância mais ou menos constante na Oposição, em todos os tempos, o poeta Castro Alves, o abolicionista Joaquim Nabuco, o Secretário de Estado Arrobas Martins, o historiador Caio Prado Júnior.

Para cada época, a faculdade criou seus estilos de manifestação. Para todos os tempos, manteve a marca do humor, em todas as manifestações de protesto. Anos atrás, o tradicional reduto republicanófilo votava, para o diretório, uma chapa monarquista, com rei e tudo. Com essa irreverência, já marcou a vida da própria cidade de São Paulo. Ali, no Teatro Acadêmico, nasceu há 120 anos a comédia paulistana, com vaia da crítica bem comportada. Em 1860, um visitante, Emílio Zuarar, registrava: "São Paulo é triste, monótona. Quando os estudantes vão de férias então é que se reconhece o que acabo de dizer". Hoje, o advogado Alberto Venâncio, numa história do ensino jurídico no País, ainda registra: "O baile acadêmico comemorativo da função dos cursos era um dos grandes acontecimentos sociais da pequena vila paulista" no século passado.

Até para se alistar nas fileiras do ativismo político, a faculdade do Largo de São Francisco escolheu a originalidade. Lá se criou, 100 anos atrás, a Bucha — corruptela de Burschenschaft, sociedade secreta nascida em torno de um misterioso professor, Júlio Frank, cuja mitologia inclui um vago passado de subversivo europeu foragido no Brasil. À Bucha se atribuem disposições variadas. Parecia se ocupar da proteção de estudantes pobres. Mas, ao escrever a biografia de Rodrigues Alves, o ex-Ministro Afonso Arinos juntou à sua história uma suspeita mais ampla: a de que essa confraria de ex-alunos teria estendido os laços de lealdade de seu voto secreto até a composição de vários ministérios da República. Por ela, pelo menos, é certo que passaram vários Presidentes. E inúmeros ministros.

Nisso tudo, ficou nas Arcadas uma tradição mais consistente do que multiplicidade de situações políticas a que os bacharéis moldados em suas salas emprestaram o brilho de sua colaboração ou de sua crítica. É que a faculdade sempre conseguiu encontrar, para o estilo de seu protesto irreverente e descomprometido até mesmo com os chavões contestatórios, o condimento do bom humor."

Dentre os vários episódios citados pelo *Jornal do Brasil*, interessante acrescentar — porque passou despercebido ao autor do artigo — a importante participação das "Arcadas" na articulação do movimento constitucionalista de 1932. Lá estão, no pátio da Faculdade de Direito de São Paulo, os monumentos erguidos em homenagem aos heróis tombados na luta pela redemocratização do Brasil, dentre os quais pontificam os quatro estudantes mortos pela polícia ditatorial — Martins, Miragaia, Drauzio e Camargo, cujas iniciais — MMDC — passaram a ser denominação do movimento constitucionalista. Deles, Miragaia era meu conterrâneo, natural, como eu, da cidade paulista de São José dos Campos, onde foi enterrado.

Os jornais noticiam, hoje, nova manifestação dos estudantes paulistas, que promoveram ontem o sepultamento da Constituição, ao som da "Marcha Fúnebre" de Chopin.

O episódio, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, sobre denotar o inconformismo de nossa juventude estudantil pelo estado de exceção que aflige a Pátria comum e agride as consciências esclarecidas e patrióticas, merece registro como grave advertência aos detentores do Poder: o repúdio à permanência do arbitrio já não constitui privilégio dos antigos (Sobral Pinto, Baleeiro, Afonso Arinos, dentre tantos), mas também — e principalmente — das novas gerações. Nem se diga que o "enterro" foi obra de comunistas. Lá estava o insuspeito Prof. Godofredo Silva Telles, que inclusive discursou pedindo a reinstauração do Estado de Direito.

Ao me solidarizar com o inconformismo da estudiosa juventude paulista, portadora, hoje, dos mesmos ideais de 1932, quero significar a grave advertência contida no gesto simbólico de sepultamento da Constituição natimorta.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cléverson Teixeira.

O SR. CLÉVERSON TEIXEIRA (ARENA — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muito se tem comentado a respeito da prorrogação de mandatos dos dirigentes partidários. Essa formulação merece frontal repulsa.

As recentes reformas políticas tiveram seu ponto alto na maior participação dos órgãos partidários na vida política do País. Mais ainda: ao reforçar as bases partidárias temos em vista o exercício da mais lídima democracia, ou seja, aquela que vem das bases para a cúpula.

Disso deu singular exemplo o Presidente Geisel, ao repelir, energicamente, a possibilidade de prorrogação de seu próprio mandato. E, ao lhe ser apresentada a opção para que os mandatos eletivos coincidissem, opinou S. Ex* pelo mandato de menor duração, rejeitando a prorrogação dos atuais detentores de cargos eletivos. Entendeu o Presidente que era preciso exercer o direito de voto, sempre que possível, a fim de ser plena a democracia que queremos.

Esse movimento de prorrogação é um péssimo serviço prestado à Nação. Chega mesmo a se constituir em afronta às diretrizes traçadas pelo Presidente da República, em vários pronunciamentos feitos a líderes partidários.

Que atitude renovadora seria essa, que proíbe o direito à renovação? Que tem medo de renovar? Que foge ao voto? Que prefere se acomodar a fórmulas velhas e superadas?

Será essa a imaginação criadora a que foi convocada a classe política?

Hoje, mais do que nunca, as mais variadas classes acham-se interessadas em participar dos Partidos políticos. Disso dou meu testemunho pessoal: do que vi no Paraná. Tendo em vista as próximas eleições para direções partidárias, é intensa a movimentação de todos, em especial das classes mais novas, em intensificar a filiação partidária. As fichas de inscrição esgotaram-se. Campanhas de arregimentação acham-se em pleno curso, dentro de um salutar processo democrático.

Os novos Prefeitos e Vereadores, recentemente eleitos, também aguardam com ansiedade e expectativa a reformulação dos órgãos partidários, como fórmula idónea para a implantação de novas diretrizes.

Se prorrogados forem os mandatos, o que iremos dizer a todos esses correligionários? Quais argumentos invocaremos?

Aqueles que se preocupam com a prorrogação, pura e simples, dos mandatos assemelham-se à sacarina: ilude a quem dela se serve, proporcionando a esperança de um dulçor, mas, no final, deixam o amargo da decepção.

Só nôs tirarmos, agora, das bases partidárias, o seu poder de manifestação, estaremos calando a voz da democracia em nosso País.

Não é salutar falar-se em prorrogação. Até mesmo porque, de tanto se falar, pode a idéia prosperar, em detrimento da própria democracia.

Somos contra qualquer tipo de prorrogação. Quem se preocupa com prorrogação se esquece do voto, que é o meio válido de represen-

tação. A prorrogação desmotiva as bases partidárias, principalmente dos seus filiados. A expectativa de todos é frustrada, quando ocorrem manobras como esta.

Os Partidos políticos existem para o exercício pleno da democracia. Os diretórios têm por missão dinamizar a atuação do Partido pregando o seu ideário, propagando seu programa e reclamando soluções para os problemas.

Não podemos esquecer que democracia forte só se conquista com Partidos políticos fortes. E a alma dos partidos reside em suas bases, em sua formação política, na atuação de seus organismos.

Justiça se faça ao Presidente da ARENA, Deputado Francelino Pereira, que, por várias vezes, vem reafirmando a manutenção do calendário às eleições partidárias. Se os prorrogacionistas vencerem, certamente estará ele dentre os vencidos.

Se querem afastar a idéia de uma disputa imediata em termos de indicação dos candidatos a Governador, adote-se então a fórmula preconizada pelo ilustre Deputado Wilmar Dallanhol, que prevê, somente às vésperas da convenção, a escolha de delegados especialmente eleitos para indicação do candidato ao Governo do Estado, se o problema¹⁴ de ordem financeira, que sejam, então, criados subsídios, ato mesmo sob a forma de incentivos fiscais, para o exercício da vida partidária.

Há que se recordar que os Partidos políticos não existem, ou, pelo menos, não devem existir, somente para indicação de candidatos. Nós acreditamos, ainda, no Partido-escola, no Partido-canal, no Partido como órgão intermediário e catalisador das idéias políticas que surgem desde o mais simples cidadão.

Não sou contra a reeleição e, sim, contra a prorrogação; aquela pressupõe uma nova disputa, uma nova eleição, esta um simples desejo de continuar.

Cada novo mandato traz, em seu bojo, a promessa de atualização, através de novas atuações. O imobilismo, que pode decorrer da prorrogação, é, em si mesmo, um fator de desestímulo.

Como continuar a dizer aos jovens que política se faz dentro dos Partidos, quando estes deixam de ser instrumentos da permanência dos valores primaciais da democracia.

Espero, sinceramente, que seja afastada essa idéia de prorrogação. Devemos, sim, pensar em exercitar a democracia, cada vez mais, como fórmula idónea para o aperfeiçoamento das instituições democráticas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nélson Thibau.

O SR. NÉLSON THIBAU (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a minha presença nesta tribuna se deve à minha imensa preocupação com a família brasileira. De norte a sul, de leste a oeste, todos os jornais brasileiros estampam apenas uma manchete — divórcio.

Sr. Presidente, há dias, através do rádio e da televisão, anunciei que apresentaria Proposta de Emenda à Constituição instituindo o divórcio no Brasil. Mas será um divórcio à brasileira, porque não podemos favorecer uma parte em detrimento da outra.

Como é sabido, apesar de o casamento ser um contrato bilateral, há outras pessoas que por ele se interessam: os filhos. Por isso, na Proposta que pretendemos apresentar, a nossa preocupação maior será defender e amparar os filhos do casal.

O primeiro artigo do nosso projeto, Sr. Presidente, estipula que o contrato de casamento é bilateral, acordado livre e espontaneamente pelas partes. Em consequência, o divórcio só será concedido por mútuo consentimento das partes contratantes. Não haverá, pois, divórcio litigioso. As partes terão de tomar essa decisão amadurecidamente, porque ela envolve interesses de terceiros, os filhos.

Por outro lado, depois de três anos, o casal que não tiver filhos poderá divorciar-se, também por livre e espontânea vontade. Os

casais com filhos maiores ou já casados poderão divorciar-se contanto que também seja por livre e espontânea vontade. Há ainda uma disposição relativa aos casais com mais de três anos de casado e com filhos menores. Poderão eles requerer o divórcio, em caráter amigável, caso encontrem tutores para cuidar dos filhos. Se no decorrer do processo, o filho ou filhos atingir a maioridade, ele poderá optar a ficar com o pai legítimo ou com o pai legitimado.

Eis, Sr. Presidente, rapidamente, alguns dos itens da Proposta de Emenda à Constituição que apresentarei, instituindo o divórcio à brasileira.

Depois de entrevista que concedi à televisão, ao rádio e a jornais, recebi, de todo o território nacional, um apoio absoluto e consciente, porque todo o povo brasileiro quer o divórcio, mas um divórcio que ampare os filhos dos casais divorciados e que não venha apenas resolver os problemas dos adultos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Para a leitura da Mensagem Presidencial nº 44, de 1977-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.530, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 28, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.514, de 30 de dezembro de 1976, que altera a redação do inciso II, do art. 11, do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, já modificada pelo Decreto-lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Lindoso) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:	Via-Aérea:
Semestre Cr\$ 200,00	Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 400,00	Ano Cr\$ 800,00
Exemplar avulso Cr\$ 1,00	Exemplar avulso Cr\$ 2,00

Secção II (Senado Federal)

Via-Superficie:	Via-Aérea:
Semestre Cr\$ 200,00	Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 400,00	Ano Cr\$ 800,00
Exemplar avulso Cr\$ 1,00	Exemplar avulso Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praca dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00